



# RIEdSA

Revista Interdisciplinar em Educação, Saúde e Ambiente

**Programa de Pós-Graduação  
em Formação de Professores  
e Práticas Interdisciplinares (PPGFPI)  
UPE - Campus Petrolina**

**Maria Cristina Elyote Marques Santos**  
Universidade do Estado da Bahia  
E-mail: elyote@uneb.br

 <https://orcid.org/0009-0002-5566-8764>

**Tansir Omoni Sacramento dos Santos**  
Instituto Federal da Bahia  
E-mail: tansir.omoni@ifba.edu.br

 <https://orcid.org/0009-0006-5508-2885>

**Submetido: 18/11/2024**

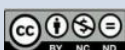
**Aceito: 30/12/2024**

**Publicado: 10/03/2025**

**Volume 1 – Ano 2024**

**ISSN: 2965-8624**

**DOI:**



## O PIONEIRISMO DAS POLÍTICAS DE COTAS EM UNIVERSIDADES MULTICAMPI: DUAS DÉCADAS DE HISTÓRIA

**RESUMO:** Aborda as políticas de cotas em universidades multicampi no Brasil, ressaltando sua importância para inclusão e equidade no ensino superior. Analisa a relevância para a justiça social, considerando fundamentos teóricos, impactos sociais e acadêmicos, além de desafios e críticas. A metodologia examina o contexto histórico e social das cotas, focando na desigualdade de acesso e discriminação racial e social. Os resultados indicam que as cotas ampliam a diversidade acadêmica, enriquecendo o aprendizado. Destaca-se a necessidade de ajustes contínuos para garantir permanência e sucesso dos cotistas, mantendo o debate aberto para aprimorar essas políticas.

**Palavras-chave:** inclusão, equidade, diversidade, permanência.

## THE PIONEERING OF QUOTA POLICIES IN MULTICAMPUS UNIVERSITIES: TWO DECADES OF HISTORY

**ABSTRACT:** It addresses quota policies in multicampus universities in Brazil, highlighting their importance for inclusion and equity in higher education. It analyzes the relevance for social justice, considering theoretical foundations, social and academic impacts, as well as challenges and criticisms. The methodology examines the historical and social context of quotas, focusing on inequality of access and racial and social discrimination. The results indicate that quotas increase academic diversity, enriching learning. It highlights the need for continuous adjustments to ensure the retention and success of quota students, keeping the debate open to improve these policies.

**Keywords:** inclusion, equity, diversity, permanence.

## EL PIONERISMO DE LAS POLÍTICAS DE CUOTAS EN UNIVERSIDADES MULTICAMPUS: DOS DÉCADAS DE HISTORIA

**RESUMEN:** Aborda las políticas de cuotas en universidades multicampus en Brasil, resaltando su importancia para la inclusión y equidad en la educación superior. Analiza la relevancia para la justicia social, considerando fundamentos teóricos, impactos sociales y académicos, además de desafíos y críticas. La metodología examina el contexto histórico y social de las cuotas, enfocándose en la desigualdad de acceso y discriminación racial y social. Los resultados indican que las cuotas amplían la diversidad académica, enriqueciendo el aprendizaje. Se destaca la necesidad de ajustes continuos para garantizar la permanencia y éxito de los estudiantes beneficiados, manteniendo el debate abierto para mejorar estas políticas.

**Palabras clave:** Inclusión, equidad, diversidad, permanencia.



## INTRODUÇÃO

A partir do propósito de apresentar o contexto das políticas de cotas em universidades multicampi, sublinhando sua importância e pertinência no cenário educacional brasileiro contemporâneo, discutiremos a relevância dessas políticas para fomentar a inclusão social e a justiça no acesso ao ensino superior, além dos debates e desafios que as acompanham a partir de estudiosos como Guimarães (2003); Mattos (2020); Queiroz (2004); Santos (2009); Silva (2004); e, Valente (2002), entre outros, que discutem até hoje as disparidades de raça e de gênero no meio acadêmico das instituições de ensino superior. Será oferecida uma visão panorâmica do conteúdo que será abordado nas seções subsequentes, retratando amplamente o caráter pioneiro das políticas de cotas em universidades multicampi brasileiras.

No Brasil, as políticas de cotas para o acesso ao ensino superior emergiram como uma resposta necessária às profundas desigualdades sociais e raciais que marcam a história do país, sendo “o mais turbulento evento das relações raciais no Brasil” do século XXI (SILVA, 2010, p.1), pois durante séculos, a educação superior foi um privilégio restrito a uma pequena parcela da população, majoritariamente composta por indivíduos de classes sociais mais altas e de origem branca. Esse cenário começou a ser desafiado a partir do final do século XX, quando movimentos sociais, acadêmicos e políticas públicas passaram a questionar e a buscar soluções para a exclusão educacional de grupos historicamente marginalizados, como negros, indígenas e pessoas de baixa renda.

Esses questionamentos tinham como base a reflexão sobre a estrutura do sistema educacional e suas implicações na perpetuação das desigualdades sociais e raciais. À medida que o debate se intensificava, ficava cada vez mais evidente que a mera expansão do número de vagas nas universidades não seria suficiente para promover uma verdadeira democratização do ensino superior.

Os movimentos sociais, especialmente o movimento negro, trouxeram à tona as estatísticas alarmantes que revelavam a sub-representação de negros, indígenas e estudantes de baixa renda nas universidades públicas. Esses dados contrastavam com a composição demográfica do país, evidenciando a urgência de medidas corretivas.

O processo de implementação das políticas de cotas foi gradual e não isento de controvérsias (SILVA, 2003; SILVA & SILVÉRIO, 2003, SILVA & ROCHA, 2024). As instituições



pioneiras foram a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e a Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Desde então, outras instituições também implementaram seus sistemas de políticas afirmativas, a partir dos dois modelos iniciais, ocorridos na Bahia e no Rio de Janeiro, no ano de 2003 (SANTOS, 2009 e MATTOS, 2020). Foram processos diferentes, sendo na Uerj de “fora para dentro”, pois é fruto de imposição feita pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ, 2001) e no caso da Uneb nasceu “dentro de seus muros”, decorrente de debates internos promovidos por estudantes e docentes dessa universidade baiana.

As cotas, portanto, surgiram como uma estratégia de ação afirmativa (RIBEIRO, 2014), destinada a corrigir essas desigualdades históricas e a promover a inclusão social. Segundo Santos e Benevides (2018), tais políticas são fundamentais para democratizar o ensino superior, permitindo que a diversidade cultural e social do Brasil se reflita nas universidades. A implementação das cotas foi impulsionada por um reconhecimento crescente de que o acesso à educação é um direito fundamental e um pilar essencial para o desenvolvimento econômico e social do país.

O debate sobre as cotas também trouxe à tona questões mais amplas sobre identidade racial no Brasil, desafiando o mito da democracia racial e promovendo discussões mais abertas sobre racismo e privilégio. Isso contribuiu para um processo de conscientização e valorização da diversidade étnico-racial no ambiente universitário e na sociedade como um todo.

Com o passar dos anos, estudos e pesquisas começaram a demonstrar os impactos positivos das políticas de cotas. Além de promover uma maior diversidade no corpo discente, observou-se que os estudantes cotistas, em geral, apresentavam desempenho acadêmico satisfatório, muitas vezes superando as expectativas iniciais e contribuindo para enriquecer o ambiente universitário com suas perspectivas e experiências diversas.

No entanto, os questionamentos não cessaram com a implementação das cotas. Surgiram novos debates sobre a necessidade de ajustes e aprimoramentos nas políticas, como a discussão sobre a inclusão de estudantes com deficiência e a adequação dos percentuais de reserva de vagas à realidade demográfica de cada região do país.

Além disso, a política de cotas passou a ser vista como parte de um conjunto mais amplo de ações afirmativas necessárias para promover a igualdade racial e social no Brasil. Isso incluiu discussões sobre a necessidade de políticas similares no mercado de trabalho, na representação política e em outros espaços de poder e tomada de decisão.



À medida que mais universidades aderiam às cotas, surgiram desafios práticos e pedagógicos (SILVA, 2018; SILVA, 2002 & SILVA, 2003). Era necessário não apenas garantir o acesso desses novos grupos de estudantes, mas também criar condições para sua permanência e sucesso acadêmico (SANTOS, 2009 & SANTOS, 2013). Isso levou ao desenvolvimento de programas de apoio, como bolsas de estudo, auxílio moradia, e serviços de acompanhamento pedagógico e psicológico.

O presente artigo trata do processo de implantação e implementação dessa política no âmbito da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), a maior universidade multicampi do nordeste brasileiro, e seus impactos na organização do ensino superior na região de atuação.

## ANTECEDENTES HISTÓRICOS

É preciso destacar que a política de cotas para acesso às universidades foi iniciada de forma propícia em instituições de alta capilaridade e presença no interior dos seus respectivos Estados: Uerj e Uneb (GUIMARÃES, 2003). Seus processos, posteriormente, serviram de modelo para a implantação e implementação no Sistema Federal de Ensino que veio ocorrer em 2012 (Lei de Cotas, Lei nº 12.711/2012), ampliando de forma intensa um novo perfil estudantil no mapa do ensino superior brasileiro.

Como já foi dito anteriormente, os processos nas universidades pioneiras na implementação de políticas de cotas para acesso de negros aos cursos de Graduação e Pósgraduação ocorreram com suas peculiaridades e distinções, o que apresenta-se de forma resumida no Quadro 1. No Quadro 2 faz-se uma síntese do cenário atual.

No Quadro 1, a seguir, apresentam-se os critérios distintivos das ações afirmativas adotadas pela Uerj e Uneb e respectivos anos de criação.

QUADRO 1: Critérios das ações afirmativas adotadas pela Uerj e Uneb. 2001 – 2002.

<b>Critério</b>	<b>Uerj (2001-2002)</b>	<b>Uneb (2001-2002)</b>
Ano de implementação	2001	2002
Percentual total de vagas reservadas	40% (2001), 50% (2002)	40% (a partir de 2002)
Cotas para negros e pardos	20%	40%
Cotas para alunos de escolas públicas	20%	Incluído no percentual de 40%



<b>Critério</b>	<b>Uerj (2001-2002)</b>	<b>Uneb (2001-2002)</b>
Cotas para pessoas com deficiência e indígenas	Incluído nas cotas para escolas públicas	Incluído nas cotas para negros
Cotas para filhos de policiais, bombeiros e agentes penitenciários mortos ou incapacitados em serviço	Não possuía em 2001, implementou em 2002 (5%)	Não possuía
Critério socioeconômico	Carência socioeconômica para todas as categorias	Renda familiar per capita de até 1 salário mínimo
Tempo de estudo em escola pública	Todo o ensino médio	Todo o ensino médio
Sistema de seleção	Vestibular próprio	Vestibular próprio

Fonte: Elaborado pelas autoras.

No período compreendido entre 2001/2002 e 2024, as políticas afirmativas se modificaram e se aperfeiçoaram para atender a um maior número de especificidades e grupos historicamente desassistidos e considerando as diferenças entre os dois sistemas, particularidades regionais e as diferentes abordagens. A Uerj optou por um sistema mais diversificado, enquanto a Uneb concentrou-se na questão racial.

Naquele contexto inicial, primeiro mandato da professora Ivete Alves do Sacramento, na Uneb, primeira reitora negra do Brasil, perpassado pelo fato que os protagonistas são pessoas negras que estavam à frente da Uneb, em seus Conselhos e Diretórios estudantis, o sistema de cotas para afrodescendentes na Uneb foi iniciado. Implantado pela Resolução CONSU nº196/2002, e desenvolvido a partir do Projeto de Lei do vereador Valdenor Cardoso (Partido Popular Brasileiro). Simultaneamente, ao ser remetido à Uneb pelo Governo da Bahia, foi tema de debates no congresso anual dos alunos da Uneb, na cidade de Juazeiro, campus III, Bahia, no final de 2001, onde surgiu a ideia de reservar 50% das vagas para afrodescendentes e alunos de escolas públicas. O Conselho Universitário (CONSU) analisou a proposta com base em pareceres dos professores Wilson Roberto de Mattos (Campus V - Santo Antônio de Jesus) e Valdélío Santos Silva (Campus XVII - Bom Jesus da Lapa), tendo assim decidido que:

[...] a quota mínima de 40% (quarenta por cento) para a população afrodescendente, oriunda de escolas públicas sediadas no Estado da Bahia, no preenchimento das vagas relativas aos cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pela Universidade do Estado da Bahia UNEB seja na



forma de vestibular ou de qualquer outro processo seletivo a cursos de graduação e pós-graduação. (UNEB, Resolução 196/2002, caput Art. 1º).

A Uneb foi a primeira universidade do Nordeste brasileiro a instituir um sistema de cotas, inspirando outras instituições no Brasil, refletindo um cenário no qual a sociedade civil vinha discutindo sobre a baixa inclusão de negros e indígenas no espaço acadêmico, a exemplo do professor Hélio Santos (2003) o qual destacava que a falta de discussões sobre o assunto, era uma tentativa de esconder, camuflar e escamotear a realidade racial brasileira.

A política adotada pela Uneb foi iniciada reservando um percentual expressivo de suas vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, com critérios específicos para negros e indígenas. Essa decisão foi fundamentada no reconhecimento das desigualdades históricas e sociais que afetam esses grupos e na necessidade de promover uma reparação efetiva através da educação.

Assim, criou-se um ambiente favorável à implementação das cotas na Uneb. Seu impacto foi inegavelmente transformador, não apenas na composição do corpo discente, mas também na dinâmica acadêmica e social da instituição, pois ao incluir estudantes de diferentes origens e experiências, a universidade enriqueceu o ambiente de aprendizagem, promovendo um espaço mais diverso e inclusivo. Além disso, a presença de estudantes cotistas vem contribuindo para a ampliação do debate sobre questões raciais e sociais dentro da.; universidade, estimulando a produção de conhecimento mais alinhado com a realidade social do Brasil.

Além disso, a presença de estudantes cotistas vem contribuindo para a ampliação do debate sobre questões raciais e sociais dentro da universidade, estimulando a produção de conhecimento mais alinhado com a realidade social do Brasil, além de impactar suas histórias de vida e mudar radicalmente seu contexto familiar (SANTOS e BENEVIDES, 2018).

Outras universidades estaduais, inicialmente fora da Bahia, seguiram o exemplo da Uneb, adotando políticas de cotas e adaptando-as às suas realidades específicas (SILVA, 2006). Essas iniciativas reforçaram a importância das ações afirmativas como ferramentas essenciais para democratizar o acesso ao ensino superior e promover a justiça social. Apesar dos desafios enfrentados, como críticas à eficácia das cotas, à condição do cotista em fazer face às dificuldades de ser estudante universitário e a necessidade de garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso dos estudantes cotistas, a experiência da UNEB destaca-se como um exemplo de compromisso com a inclusão e a equidade.



O Quadro 2, abaixo, apresenta os atuais critérios adotados na política de cotas em ambas universidades.

QUADRO 2: Critérios atuais adotados nas políticas de cotas na Uerj e Uneb.

<b>Critério</b>	<b>Uerj</b>	<b>Uneb</b>
Percentual total de vagas reservadas	45%	40%
Cotas para negros, pardos e indígenas	20%	30%
Cotas para alunos de escolas públicas	20%	Incluído no percentual de 40%
Cotas para pessoas com deficiência	5%	5%
Cotas para filhos de policiais, bombeiros e agentes penitenciários mortos ou incapacitados em serviço	Até 3 vagas por curso	Não possui
Critério socioeconômico	Renda per capita de até R\$ 1.431,00 (valor referente a 2024)	Renda familiar per capita de até 1,5 salário mínimo
Tempo de estudo em escola pública	Todo o ensino fundamental e médio	Todo o ensino médio
Sistema de seleção	Sistema de Seleção Unificada (SiSU)	Vestibular próprio
Bônus regional	Não possui	5% adicionais para candidatos do interior do estado

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Ambas as universidades demonstram um forte compromisso com a inclusão e a diversidade, adaptando suas políticas às realidades locais e às necessidades específicas de suas comunidades. Desde o período inicial, a política de cotas se estendeu para a grande maioria das instituições de ensino superior contando com total das instituições públicas e um bom número de instituições particulares.

A introdução das cotas no Brasil não foi isenta de controvérsias. Críticas surgiram de setores que argumentavam que tais políticas poderiam ferir o princípio da meritocracia ou gerar divisões raciais. No entanto, defensores das cotas ressaltam que a meritocracia só pode ser justa em um contexto onde todos têm igualdade de condições desde o início, o que claramente não é o caso em um país com profundas disparidades socioeconômicas e raciais.



Além disso, estudos e dados têm demonstrado que as cotas não apenas aumentam a diversidade no ambiente acadêmico, mas também melhoram o desempenho geral e a coesão social dentro das universidades.

Em suma, as políticas de cotas no Brasil representam um passo significativo em direção à justiça social e à equidade educacional. Elas visam não apenas a correção de desigualdades passadas, mas também a construção de um futuro mais inclusivo, onde o acesso à educação superior seja um direito efetivamente universal. Essa transformação, embora ainda em andamento, é crucial para o avanço de uma sociedade mais justa e igualitária.

A trajetória das políticas de cotas no Brasil deveria ter sido iniciado logo após a abolição da escravidão, evento que não só transformaria a sociedade brasileira, mas também se tornaria um elemento importante de sua história social. No cerne dessa mudança avassaladora, está a busca incessante por um acesso mais justo à educação de qualidade, uma questão determinante para o progresso social e econômico do Brasil, pois a educação é a base formadora de cidadãos críticos e participativos.

Contudo, foi apenas a partir dos anos 2000 que as políticas de cotas em instituições de ensino superior começaram a adquirir maior relevância e visibilidade pública. Esse fenômeno tornou-se um ponto de discussão importante entre os diversos segmentos da sociedade brasileira, que passaram a debater o assunto mais amplamente. Esse avanço progrediu por meio de ações afirmativas estrategicamente desenhadas e planejadas, considerando sempre particularidades locais e desigualdades históricas ainda presentes. Tudo com o propósito de promover a inclusão das minorias e combater desigualdades sociais e educacionais vigentes no sistema educacional superior brasileiro (QUEIROZ, 2004).

Essas políticas foram adotadas de forma consciente e reflexiva, com a clara intenção de articular uma resposta efetiva ao alarmante baixo índice de acesso de estudantes negros e de baixa renda ao ensino superior. Este cenário, amplamente reconhecido como inaceitável, exigia mudanças urgentes e efetivas. A reestruturação do sistema educacional era imprescindível para garantir que a inclusão deixasse de ser um mero conceito e se tornasse uma realidade palpável. O objetivo era assegurar maior representatividade nas instituições de ensino superior e proporcionar oportunidades mais equitativas no ambiente acadêmico.

Esse contexto marginalizava uma parte significativa da sociedade, excluindo talentos valiosos que poderiam enriquecer experiências acadêmicas e a produção de conhecimento. O



movimento de inclusão educacional visava não apenas modificar a realidade dessas comunidades historicamente negligenciadas, mas também elaborar um compromisso genuíno para garantir que todos, independentemente de sua origem racial, etnia ou condição socioeconômica, tivessem plena oportunidade de participação na vida acadêmica.

## **PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS TEÓRICOS**

Nesta seção, faremos uma exploração abrangente e detalhada dos fundamentos teóricos que sustentam as políticas de cotas nas universidades multicampi do Brasil. Iremos examinar criteriosamente os aspectos centrais dessas políticas, abordando de maneira incisiva a relevância marcante e a necessidade urgente dos mecanismos de cotas no país, por meio de uma discussão profunda sobre diversos conceitos, teorias e abordagens que se relacionam diretamente à justiça social e à equidade no acesso ao conhecimento e ao direito à educação igualitária. Tais temas são fundamentais para a compreensão das políticas de cotas e da sua real necessidade no complexo cenário brasileiro atual, onde as desigualdades sociais persistem com força alarmante, reafirmando a urgência de ações sociais efetivas.

Compreender esses fundamentos teóricos não é apenas um passo importante, mas também uma porta de entrada para uma análise mais extensa e detalhada do impacto significativo que essas políticas exercem nas estruturas sociais e educacionais brasileiras, refletindo sobre suas consequências na vida dos estudantes e na própria configuração das instituições de ensino superior. Além disso, é vital expor os variados e complexos desafios que essas políticas enfrentam diariamente, tanto nos processos de implementação, muitas vezes repletos de obstáculos, quanto nas interações sociais que emergem dessa prática educativa, refletindo tensões e realidades diversas. Esses processos revelam as dinâmicas internas dos sistemas educacionais e a complexidade das relações sociais envolvidas, trazendo à tona discussões urgentes que necessitam de abordagem responsável.

Essa análise transcende o presente imediato; ela também oferece uma base robusta para futuros debates e novas perspectivas em relação a esse tema tão relevante. Reconhecer esses fundamentos teóricos enriquece a discussão acadêmica e intelectual, além de fornecer o necessário para a implementação bem-sucedida de estratégias voltadas à inclusão, diversidade e equidade nas universidades do Brasil. Adotando esse enfoque pluralista, é



possível reconhecer a pluralidade social que compõe a rica tapeçaria da sociedade brasileira, um vasto universo de experiências interativas.

Essa valorização representa um potencial transformador para uma verdadeira revolução educativa, com impactos positivos e duradouros na vida de indivíduos de diversos contextos. Permitindo que um crescente e diversificado número de estudantes tenha acesso a oportunidades de aprendizado historicamente negadas, essas políticas contribuem para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna, onde todos têm a chance de prosperar e modificar realidades de exclusão em histórias de superação e inclusão, mostrando que, com esforço social, é possível mudar trajetórias de vidas e comunidades.

A justiça social e a equidade (ZUIN & BASTOS, 2019) são conceitos profundamente fundamentais e essenciais que permeiam de maneira significativa e abrangente o debate sobre as políticas de cotas em universidades multicampi. A análise minuciosa desses temas é imprescindível para a compreensão das complexas dinâmicas sociais contemporâneas, onde a luta por igualdade e inclusão social ocupa um espaço central nas discussões públicas. A justiça social, em sua essência, busca não apenas garantir, mas também promover o acesso igualitário a diversas oportunidades e recursos cruciais para o desenvolvimento humano. Isso inclui criar um ambiente onde todos os indivíduos, independentemente de origem, raça ou situação socioeconômica, tenham chances justas de desenvolvimento pessoal e profissional.

Por sua vez, a equidade é um objetivo essencial, pois visa assegurar que todos, sem discriminação, tenham condições justas para alcançar os mesmos objetivos, levando em consideração desigualdades históricas e estruturais persistentes. No contexto das políticas de cotas, justiça social e equidade têm uma relevância expressiva, sendo indispensáveis na promoção da inclusão de grupos marginalizados, como negros, indígenas e pessoas de baixa renda (SOUZA, 2016). Esse movimento é crítico no ambiente de educação superior, onde as barreiras de acesso são marcantes, perpetuando ciclos de exclusão social.

Compreender esses conceitos é importante não apenas para avaliar a eficácia, mas também para analisar o impacto das políticas de cotas. Permite uma reflexão mais abrangente sobre os objetivos dessas iniciativas, que buscam promover uma mudança significativa na relação da sociedade com sua diversidade. Além disso, essa compreensão é vital para a formulação de propostas que visem soluções concretas aos desafios presentes na educação e acesso ao conhecimento. Em um mundo que busca ser mais justo e equitativo para todos,



independente das origens e realidades sociais, a discussão sobre justiça social e equidade permanece essencial.

## **IMPACTO DA POLÍTICA DE COTAS NO AMBIENTE ACADÊMICO**

A aplicação das políticas de cotas nas universidades multicampi trouxe efeitos extremamente significativos e, notavelmente, positivos. Tais iniciativas possibilitaram um acesso expressivamente maior e uma inclusão real e efetiva de grupos historicamente excluídos do ensino superior e de suas diversas e valiosas oportunidades acadêmicas e profissionais. O surgimento dessas políticas instiga, ainda hoje, um debate necessário sobre a importância do acesso universal à educação superior, refletindo não apenas em números, mas em histórias de vida que se entrelaçam com o desenvolvimento social em múltiplos níveis. Os resultados evidenciam um notável e encorajador aumento na diversidade e representatividade no ambiente universitário contemporâneo, contribuindo para a superação de barreiras sociais e culturais que antes pareciam intransponíveis e difíceis de superar.

Essa transformação vai além da mudança demográfica no ensino superior, instigando mudanças significativas nos paradigmas educacionais outrora preponderantes. Ademais, as cotas têm impulsionado o debate acadêmico de maneira substancial, criando novos espaços de diálogo e reflexão, aprimorando assim o ambiente educacional. O resultado é um contexto mais inclusivo e acolhedor para uma gama diversificada de estudantes, cada um enriquecendo a convivência acadêmica com suas experiências e histórias de vida únicas. Observa-se que este fenômeno transcende a mera admissão de novos alunos, abrangendo a diversidade de perspectivas que esses estudantes trazem, enriquecendo coletivamente o aprendizado.

Essa pluralidade de visões e experiências proporciona um dinamismo que eleva a inovação acadêmica a patamares jamais imaginados. Permite que vozes anteriormente marginalizadas e sub-representadas sejam ouvidas com clareza e relevância, possibilitando maior inserção nos fóruns acadêmicos, tradicionalmente inacessíveis para esses grupos. O fortalecimento do diálogo acadêmico é essencial para a construção de uma sociedade mais plural, coesa e democrática. A inclusão promove um ambiente educacional mais rico e dinâmico, propício à troca de experiências e saberes diversos entre os estudantes, que agora compartilham vivências e aprendem uns com os outros.



Essa interação é fundamental não apenas para os estudantes diretamente beneficiados, mas também para o desenvolvimento de uma cultura acadêmica que valoriza e celebra a diversidade na formação do pensamento crítico. A diversidade contribui significativamente para a diversificação da formação ofertada em todos os níveis educacionais, trilhando caminhos inovadores e relevantes que impactarão positivamente nas práticas sociais e profissionais num futuro próximo. Esse enriquecimento nas salas de aula e nos corredores universitários transcende estatísticas, afetando profundamente as relações interpessoais e sociais no contexto acadêmico.

É uma nova realidade que permite que todos se sintam parte do processo educacional de maneira mais abrangente e efetiva, sendo vital para a fortificação de uma cultura de inclusão e respeito mútuo. Destarte, as cotas incentivam a diversidade de pensamentos e experiências que enriquecem a formação acadêmica, ampliando horizontes e empoderando grupos historicamente marginalizados para participarem do debate e construção do conhecimento de forma ativa e transformadora, fazendo com que sejam implementadas ações institucionais e governamentais que possibilitem a permanência dos estudantes universitários como um todo e em especial aos cotistas.

Essas mudanças não beneficiam apenas os estudantes diretamente contemplados pelas políticas de cotas, todavia molda um futuro mais igualitário e justo para todos, impactando não apenas o ambiente universitário, mas a sociedade como um todo.

Os impactos das políticas de cotas manifestam-se de modo significativo e abrangente em diversos aspectos da sociedade, tanto no contexto acadêmico quanto social, gerando efeitos relevantes e dignos de destaque e consideração por todos nós, enquanto cidadãos engajados na melhoria das comunidades. Essas políticas de inclusão têm o potencial extraordinário de transformar não apenas a trajetória individual de cada estudante, mas também a dinâmica social e educacional em geral, influenciando positivamente as vidas de milhares de jovens. No âmbito acadêmico, os resultados das cotas revelam um aumento considerável da diversidade de vivências, histórias e experiências, criando um espaço mais inclusivo e representativo da sociedade.

Esse fenômeno resulta em um cenário acadêmico mais dinâmico e rico em termos de cultura, aprendizado e troca de saberes, onde cada estudante contribui com seu conhecimento teórico, vivências práticas e valores adquiridos ao longo da vida, oferecendo



novos insights que transformam as discussões acadêmicas. Essa multiplicidade de experiências e perspectivas não apenas enriquece as interações acadêmicas, mas também impacta significativamente a produção de conhecimento, tornando-o mais inclusivo e representativo de diversas vozes.

Esse tipo de conhecimento é essencial para a formação de estudantes conscientes, informados e preparados para os desafios do mundo contemporâneo, que exigem uma visão plural e flexível. As contribuições dessas políticas são fundamentais para criar uma educação adaptada às necessidades e realidades diversificadas dos estudantes, reconhecendo e valorizando suas diferentes experiências e contextos.

É importante que essa educação abrangente englobe a variedade de realidades sociais e culturais coexistentes, criando espaços acolhedores onde cada estudante se sinta respeitado e valorizado na sua identidade única. Essa desejada diversidade vai além do aumento numérico de estudantes de diferentes origens; ela amplia as variadas perspectivas e opiniões que enriquecem o debate acadêmico.

Este enriquecimento estimula o pensamento crítico e análises cuidadosas dos complexos problemas sociais contemporâneos, desenvolvendo habilidades essenciais para a navegação em uma sociedade multifacetada. Isso impulsiona a busca por soluções eficazes para questões sociais, tornando os estudantes mais sensíveis às nuances culturais frequentemente negligenciadas em discussões mais amplas.

Socialmente, as políticas de cotas promovem visibilidade e reconhecimento das diversas trajetórias, culturas e modos de vida na sociedade contemporânea, o que é vital para a construção de um ambiente social justo e equitativo. Elas fomentam a reflexão sobre desigualdades persistentes e entraves à convivência harmoniosa entre as diversas comunidades, buscando romper preconceitos com um diálogo construtivo.

Esse reconhecimento é essencial para promover interações enriquecedoras entre alunos, contribuindo para a harmonia entre grupos étnico-raciais nas instituições de ensino superior. A convivência plural é imprescindível para construir um tecido social justo, onde as diferenças são respeitadas, apreciadas e valorizadas, reforçando laços de empatia e solidariedade. Essas políticas promovem um diálogo relevante entre culturas, modos de vida e identidades, enriquecendo o debate social e gerando um ambiente acadêmico respeitoso. Isso resulta numa rede de apoio inclusiva, fortalecendo a equidade em todos os níveis.



A promoção da inclusão social por meio das políticas de cotas é uma necessidade urgente e uma aspiração valiosa para um futuro socialmente responsável e justo. Essa luta pela equidade e respeito às diferenças é essencial para o progresso e a coesão social em um mundo cada vez mais interconectado e diverso.

Essa transformação é necessária não apenas para promover justiça e igualdade, mas, também, para garantir que haja respeito aos direitos humanos, em especial ao acesso à educação, de maneira a garantir promoção social em busca de equilíbrio para a formação do tecido social.

## **DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Ao empreender uma análise minuciosa e detalhada sobre a investigação exhaustiva dos variados e complexos desafios que giram em torno das multifacetadas perspectivas das políticas de cotas em universidades multicampi, é imperativo considerar a premente e incessante necessidade de implementar ajustes contínuos e significativos, alinhados com as demandas contemporâneas. Tais ajustes devem visar não apenas à eficácia, mas também à eficiência e permanência dessas políticas ao longo do tempo. Este abrangente e intrincado processo engloba, além da formulação de diretrizes gerais e abrangentes, uma análise crítica e perspicaz das particularidades apresentadas por cada campus.

A diversidade de realidades, situações e contextos existentes nos diferentes campi exige, sem dúvida, abordagens específicas e personalizadas, assim como a adoção de estratégias adaptadas e inovadoras que contemplem as singularidades de cada cenário. Dessa forma, a identificação, análise e superação dos obstáculos únicos que possam surgir em cada local tornam-se absolutamente essenciais, considerando as características culturais, sociais e econômicas que variam de região para região e que influenciam diretamente a aplicação e sucesso dessas políticas.

Em um contexto dinâmico e em constante evolução, é essencial buscar o alinhamento e a coesão com as crescentes, complexas e diversificadas demandas da sociedade e do mercado de trabalho contemporâneo. Estes esforços visam garantir que as políticas de cotas continuem a promover a inclusão e a equidade de maneira consistente, progressiva e sempre



atualizada, atendendo de forma eficaz às necessidades e interesses de todos os envolvidos no complexo e diversificado processo educacional.

Portanto, o monitoramento e a avaliação regulares e metódicas dessas políticas tornam-se indispensáveis e cada vez mais necessários. Esse acompanhamento sistemático e contínuo permite realizar ajustes que sejam ágeis, eficazes e oportunos, capazes de responder adequadamente às mudanças e desafios que possam surgir ao longo do tempo. Dessa maneira, asseguramos que as ações implementadas não apenas reflitam os valores fundamentais de justiça social e diversidade, mas também resultem em efeitos práticos e significativos para todos os atores envolvidos neste processo educativo. Assim, contribuímos para a construção contínua de um ambiente educacional mais justo, inclusivo e que acolha a pluralidade de vozes e experiências que formam nossa sociedade. Apenas com um compromisso firme com a revisão contínua e adaptação reflexiva dessas políticas podemos garantir sua eficácia e relevância frente às constantes transformações do mundo que nos cerca, criando, assim, um sistema educacional capaz de responder às diversificadas demandas e realidades de nossos tempos modernos em contínua evolução.

## **CRÍTICAS E DEBATES ATUAIS**

As críticas e debates atuais em torno das políticas de cotas em universidades multicampi são envoltos em questões que, além de complexas, são multifacetadas. Estas questões geram um intenso diálogo tanto no âmbito acadêmico quanto no social, engajando diversas camadas e nuances que definem a realidade desse tema. É imprescindível observar que essas questões vão além da eficácia das políticas de cotas na promoção da inclusão social e educacional, abrangendo também uma análise cuidadosa dos possíveis impactos negativos na qualidade acadêmica decorrentes da implementação dessas políticas. Essa é uma preocupação legítima e relevante que merece um exame aprofundado por parte de estudiosos e gestores educacionais.

Portanto, é necessário e urgente conduzir uma análise detalhada sobre a percepção de injustiça que certos grupos podem sentir, sendo, em diversas circunstâncias, marginalizados e prejudicados nessa complexa configuração do sistema educacional. O que se observa nas discussões contemporâneas é que as percepções de injustiça frequentemente



alimentam debates mais acalorados, gerando tensões emocionais significativas e, conseqüentemente, um descontentamento que torna o debate ainda mais pertinente e urgente. Este conflito adquire novas dimensões, contornos e particularidades ao longo do tempo, revelando a profundidade e a seriedade das questões abordadas através de uma análise crítica e reflexiva.

Ademais, existe uma busca incessante por alternativas complementares e inovadoras que possam, de modo eficaz e eficiente, criar um ambiente educacional mais igualitário e inclusivo para todos os estudantes que aspiram ao ingresso em universidades. Essa inclusão deve ser garantida independentemente de suas origens sociais, econômicas ou étnicas, com a expectativa de que essa inclusão se torne uma realidade palpável e vivenciada no cotidiano escolar. Assim sendo, é absolutamente importante promover um diálogo aberto, honesto e embasado em evidências sólidas sobre todas essas questões, considerando não apenas os dados empíricos disponíveis, mas também as diferentes perspectivas e experiências que cada grupo pode e deve apresentar ao debate.

É imprescindível, portanto, garantir uma discussão rica e diversificada que agregue valor ao processo. Somente assim seremos capazes de assegurar que as políticas de cotas sejam continuamente avaliadas e discutidas, possibilitando que evoluam e se adaptem a um contexto educacional em constante mudança, atendendo de forma mais eficaz aos seus objetivos originais e promovendo uma cultura de respeito, empatia e compreensão mútua entre todos os envolvidos.

Esse processo de avaliação deve ser realizado de forma respeitosa e cuidadosa, incorporando a diversidade de opiniões, vozes e experiências que compõem a nossa sociedade, garantindo que todos se sintam efetiva e verdadeiramente ouvidos e valorizados nesse importante processo de construção coletiva e colaborativa. Este esforço, por sua vez, busca estabelecer a equidade em um cenário educacional que deve, em essência, ser não somente acessível, mas também justo para todos os indivíduos, independentemente das suas circunstâncias pessoais. Ao promover isso, cultivamos um senso de pertencimento e valorização de cada pessoa.

A persistência desses debates, bem como a evolução cuidadosa e bem fundamentada das políticas de cotas, pode gerar um impacto positivo e significativo na percepção geral sobre a inclusão no ambiente acadêmico e na sociedade como um todo. Isso ocorre quando se busca



sanar desigualdades históricas e transformar realidades sociais, proporcionando um espaço enriquecedor onde todos os estudantes, independentemente de suas origens, têm o direito de se sentir pertencentes e motivados a contribuir para um futuro mais igualitário e diversificado. Este é um objetivo coletivo e sustentável que deve ser buscado ao longo do tempo, sempre com um compromisso fiel de garantir o crescimento e a prosperidade de toda a comunidade acadêmica.

Desta forma, estaremos estabelecendo uma base forte e sólida para a quebra de barreiras e fomentando um ambiente educacional mais harmonioso, acolhedor e rico em diversidade. Um espaço onde cada voz pode ressoar e contribuir de forma significativa para um panorama mais justo e equitativo para todos. Trata-se de uma busca incessante pela igualdade e pelo respeito mútuo em todas as suas interações.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir do que foi discutido nesse artigo, é possível assegurar que as políticas de cotas implementadas em universidades multicampi tiveram um impacto profundamente significativo e altamente relevante na promoção da equidade social em nosso país. Essas importantes e abrangentes políticas não apenas facilitaram, de forma notável e excepcional, o acesso de grupos historicamente marginalizados e sistematicamente desfavorecidos ao ensino superior, que é um direito inalienável, mas também contribuíram de maneira significativa para a criação de um ambiente educacional que se mostra muito mais justo, equilibrado e inclusivo do que se observava anteriormente.

Essas ações afirmativas são, sem sombra de dúvida, absolutamente essenciais para garantir que indivíduos que, por longos períodos de tempo, enfrentaram inúmeras barreiras e desafios no acesso à educação, possam finalmente ter oportunidades valiosas para se desenvolver tanto acadêmica quanto pessoalmente, propiciando, assim, uma formação plena que se traduz em uma contribuição ainda maior para a sociedade. Vale destacar que os resultados acadêmicos, bem como os sociais, que têm emergido dessas políticas invariavelmente têm se demonstrado como positivos e encorajadores, refletindo uma nova realidade muito mais esperançosa nas instituições de ensino, que agora se beneficiam de uma comunidade mais diversificada e engajada.



Esses avanços não apenas contribuem consideravelmente para a redução das desigualdades que ainda persistem em nossa sociedade, mas também fazem avançar a promoção da diversidade nas instituições educacionais, o que é absolutamente essencial para a construção de um ambiente escolar que seja mais inclusivo e rico em diferentes perspectivas e vivências. É também extremamente importante salientar e enfatizar que a presença de estudantes oriundos de diversas origens sociais e culturais não apenas enriquece o aprendizado coletivo, mas também traz diferentes experiências e visões que são fundamentais para o debate, reflexão e enriquecimento acadêmico.

Portanto, é inegável que, apesar de todos esses avanços significativos, ainda existem desafios que são profundamente grandes a serem enfrentados e críticas legítimas que precisam ser consideradas cuidadosamente em relação a essas políticas. Muitas dessas críticas se concentram na necessidade do aprimoramento contínuo e relevante das políticas de cotas que já existem, visando não apenas garantir o acesso desses estudantes, mas também assegurar a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes cotistas ao longo de suas diversas e muitas vezes complexas trajetórias educacionais. Portanto, é imprescindível que haja um intenso e aberto debate sobre o tema, além de uma reflexão aprofundada que busque compreender de maneira mais completa e abrangente os impactos e efeitos dessas políticas positivas ao longo do tempo e em todo o espectro social.

Essa discussão deve, sempre, buscar a construção de ações afirmativas que sejam mais eficazes e justas, que efetivamente promovam a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos, garantindo que cada voz seja ouvida e devidamente respeitada no contexto educacional. É importante, assim, que continuemos a trabalhar de forma incansável e persistente por um sistema educacional que abrace e valorize a diversidade em todas as suas formas, assegurando que todos os alunos, independentemente de sua origem social, tenham a chance legítima de prosperar e alcançar seus objetivos acadêmicos e profissionais, contribuindo, assim, para uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva, onde o direito à educação de qualidade se torne uma realidade palpável e acessível para todos os cidadãos.

Em síntese, este estudo buscou contextualizar de forma abrangente o pioneirismo das políticas de cotas em universidades multicampi, analisando detalhadamente seus antecedentes históricos, seus fundamentos teóricos, o impacto que geraram nas dinâmicas



sociais e os desafios que ainda persistem. Verificamos que tais políticas têm desempenhado um papel extremamente relevante na promoção da justiça social e da equidade, proporcionando, assim, oportunidades educacionais mais igualitárias e acessíveis a todos.

Os resultados obtidos mostram que as políticas de cotas têm contribuído significativamente para a inclusão de grupos subrepresentados, fomentando a diversidade e o pluralismo no ambiente acadêmico, características essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa. No entanto, é necessário estar sempre atento às críticas e debates atuais, visando aprimorar e aperfeiçoá-las constantemente, a fim de garantir não apenas uma efetiva inclusão, mas também igualdade de oportunidades de participação nas reflexões dos distames sobre a efetivação das mesmas, independente de suas origens ou condições sociais.

## REFERÊNCIAS

ALERJ. Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. **LEI Nº 3708, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2001**. Disponível em

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25571cac4a61011032564fe0052c89c/827dde52958a6dd203256b030063db70?OpenDocument&ExpandView&ExpandSection=-5>. Acesso em 21 jul 2024.

GUIMARÃES, A. S. A. Acesso de negros às universidades públicas. **Revista da FAEEBA, CADERNOS DE PESQUISA**. nº. 118, março/2003, p. 247-268. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16836.pdf>. Acesso em 20 set 2024.

MATTOS, W. R. **Plurais - Revista Multidisciplinar**, Salvador, v. 1, n. 1, 2020. DOI: 10.29378/plurais.2447-9373.2010.v1.n1.%p. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/21>. Acesso em: 15 nov. 2024.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **Universidade e desigualdade: brancos e negros no ensino superior**. Brasília: Líber livro Ed, 2004. 168p.

RIBEIRO, L. G. **Políticas de Ação Afirmativa no Brasil: história recente e desafios para a educação**. Revista Brasileira de Educação, v. 19, n. 57, p. 5-25, 2014.

SANTOS, E. de J. dos. BENEVIDES, T. **Política de cotas na Uneb e desenvolvimento: uma análise sobre as projeções dos alunos cotistas do curso de Administração e a percepção sobre a sua influência no seu território de origem**. Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros – COPENE. 2018. Disponível em [https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1528660107\\_ARQUIVO\\_TCCELOA-rev.pdf](https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1528660107_ARQUIVO_TCCELOA-rev.pdf). Acesso em 05 set 2024.

SANTOS, Hélio. **A busca de um caminho para o Brasil**. A trilha do círculo vicioso. 2a. Edição. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

SANTOS, M. C. E. M. **Sou cotista, e agora?** Uma análise das condições de permanência numa universidade multicampi. Orientadora: Nadia Hage Fialho. 2009. 360f. Dissertação



(Mestrado), Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade - Departamento de Educação Campus I, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2009.

SANTOS, M. R. **Cotas raciais nas universidades brasileiras**: um estudo sobre o acesso e permanência de estudantes cotistas na UFRJ. 2015.

SANTOS, E. de J. dos. BENEVIDES, T. **Política de cotas na Uneb e desenvolvimento**: uma análise sobre as projeções dos alunos cotistas do curso de Administração e a percepção sobre a sua influência no seu território de origem. Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros – COPENE. 2018. Disponível em

[https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1528660107\\_ARQUIVO\\_TCCELOA-rev.pdf](https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1528660107_ARQUIVO_TCCELOA-rev.pdf). Acesso em 05 set 2024.

SILVA, P. A. **Políticas de cotas nas universidades brasileiras**: concepções, impactos e desafios. 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, A. V. **O desafio das ações afirmativas no direito brasileiro**. 2002. Disponível em <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3479>. Acessado em 25 de março de 2024.

SILVA, C. da (Org.). **Ações afirmativas em educação**: Experiências brasileiras. São Paulo: Summus, 2003. 255p.

SILVA, G. M. D. da. Ações afirmativas no Brasil e na África do Sul. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 2. 2006. Disponível em

<http://www.scielo.br/pdf/ts/v18n2/a07v18n2.pdf>. Acessado em 13 de janeiro de 2008.

SILVA, L. F. M. da. **Sobre a implementação de cotas e outras ações afirmativas para os afro-brasileiros**. Capturado em <https://jus.com.br/artigos/3823/sobre-a-implementacao-de-cotas-e-outras-aco-es-afirmativas-para-os-afro-brasileiros>. 2003. Acesso em 17 nov. 2024.

SILVA, P. B. G. e SILVÉRIO, V. R. (orgs.). **Educação e ações afirmativas**: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003, 270 p.

SILVA, P. V. B. da; ROCHA, N. Lei de Cotas: Caminhos mais efetivos de verificação – Editorial. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 18, n. 46, 2024. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/2002>. Acesso em: 15 nov. 2024.

SILVA, V. S. Políticas de ações afirmativas na Uneb: Memórias de um acontecimento histórico. **Mujimbo**. v. 1, n. 1, p. 49-58, julho/2010.

SOUZA, J. G. A representação estudantil nas universidades públicas após a implementação das cotas para negros e indígenas. **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 134, p. 1055-1074, 2016.

UNEB. Universidade do Estado da Bahia. Resolução 196/2002. Disponível em [https://redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/uneb\\_resolucao\\_2002\\_196\\_1.pdf](https://redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/uneb_resolucao_2002_196_1.pdf). Acesso em 20 julho 2024.

ZUIN, A. L. A.; BASTOS, E. A justiça social por meio das cotas na Universidade Federal de Rondônia. **Educ. Form.**, [S. l.], v. 4, n. 12, p. 104–123, 2019. DOI:

10.25053/redufor.v4i12.945. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/945>. Acesso em: 15 nov. 2024.